O ESGOTAMENTO DO FORDISMO E O NEOLIBERALISMO COMO "FUGA PARA FRENTE" DO CAPITAL DE SUA CRISE ESTRUTURAL.

Remo Moreira Brito Bastos
Universidade Federal do Ceara
remomoreira@gmail.com

Resumo:
O presente texto busca recuperar os nexos causais e as condições históricas que desencadearam o aparecimento do neoliberalismo, ordem social por meio da qual os capitalistas empreenderam a recuperação da hegemonia econômica, social, política e cultural nas sociedades de capitalismo avançado e a neo-colonização das nações periféricas. Impossibilitado de enfrentar as raízes de suas inexoráveis crises, o sistema sociometabólico do capital opta, após a Segunda Grande Guerra, pela estratégia da "fuga para frente", de modo a dar sobrevida a suas cíclicas fases de expansão da acumulação de capital. Faz isso deslocando espacialmente e temporalmente aquelas contradições, consubstanciando um padrão de acumulação que ficou conhecido como fordismo, cujo esgotamento, a partir de meados da década de 1960, passar a comprometer seriamente a acumulação de capital nos países de capitalismo avançado, deflagrando uma crise cuja natureza, inédita, ameaça sobremaneira a própria existência do sistema.
Palavras-chave: Fordismo, neoliberalismo, crise estrutural do capital.

Introdução

Neste artigo, composto de um preâmbulo e duas seções, tratar-se-á de analisar a natureza e o *modus operandi* do processo por meio do qual os capitalistas reestruturaram a produção, de forma a vencer os constrangimentos que, a partir de meados da década de 1960, começaram a minar a acumulação de capital nos países de capitalismo avançado, processo esse que passa a conformar um corpo teórico e empírico político-econômico que impõe, como valores fundamentais, a defesa incondicional da propriedade privada e a liberdade de mercado.

Esse corpo teórico e empírico ficou conhecido como neoliberalismo, e vem hegemonizando, desde então, em âmbito mundial, não apenas a esfera econômica, mas diversas outras como a social, a política, a cultural, consubstanciando uma poderosa ferramenta ideológica a serviço do capital no intuito de obter o consentimento necessário para as medidas que possam potencializar a recuperação do dinamismo da acumulação do capital nas economias dos paises centrais.

Na primeira seção, procede-se a uma caracterização da crise estrutural do capital, buscando-se apreender os nexos histórico-econômicos, sociais e políticos que delinearam sua

irrupção, em meados da década de 1960 e inicio da década seguinte.

A segunda seção contempla o esgotamento do fordismo, o qual não mais consegue deslocar paliativamente as contradições do modo capitalista de produção, deflagrando a emergência da crise estrutural do capital.

O Neoliberalismo como "fuga para frente" do capital de sua crise estrutural.

Como forma de se desvencilhar de suas contradições imanentes, as quais se manifestam de forma cada vez mais intensa e desestabilizadora, e das quais não poderá nunca livrar-se definitivamente, o capital busca atenuar os efeitos dessas contradições, tentando deslocá-las "para frente" temporal e espacialmente, procrastinando, assim, "a hora da verdade" do enfrentamento de suas contradições fundamentais, como se verá a seguir.

1 - Caracterização da crise estrutural do capital[1]

A história do capitalismo tem sido, desde que se consolidou o comando do capital sobre a produção social nos países economicamente dominantes, uma sucessão de crises de duração e intensidade diversas, evidenciando assim o caráter intrinsecamente instável da dinâmica desse modo de reprodução sociometabólico. Há que se considerar, igualmente, que o caráter imanentemente antagônico do capital em relação ao trabalho faz com que a crise seja constitutiva do próprio sistema, ou seja, o capitalismo simplesmente não pode existir sem crises, as quais, na verdade, constituem a manifestação fenomênica de suas inarredáveis contradições. Em outras palavras, a absoluta necessidade de expansão, orientada pela acumulação, do capital, faz com que esse imponha sua lógica cruel e irracional sobre a sociedade, independentemente do caráter devastador de suas consequências. Isto ocorre porque essa expansão não se dá em congruência com as necessidades humanas, mas tem como móvel a própria acumulação de capital, como um fim em si mesma, de forma a atender uma necessidade vital intrínseca de sobrevivência do seu sistema.

Tais crises, que inicialmente eram circunscritas àqueles paises, evoluíram, na contemporaneidade, para uma crise estrutural de alcance geográfico global, que afeta todos os

[1] A análise que se pretende empreender na presente seção funda-se na perspectiva crítica de ISTVAM MESZAROS, (2000, 2011, 2011a).

ramos de produção e até mesmo todas as esferas de vida da população mundial. Nas palavras de Mészáros (2011, p. 796-7):

> Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou sub-complexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua da estrutura global. Sendo assim, o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema, demandando apenas mudanças – mesmo que importantes – *no interior* do próprio sistema relativamente autônomo. Justamente por isso, uma crise estrutural põe em questão a própria existência do complexo global envolvido, postulando sua transcendência e sua substituição por algum complexo alternativo.

Ao afirmar que *o deslocamento das contradições só é possível enquanto a crise for parcial, relativa e interiormente manejável pelo sistema [...] no interior do próprio* ***sistema relativamente autônomo***, Mészáros remete-se às estratégias reformistas da social-democracia dos "trinta anos gloriosos", quando a afluência encontrada nas sociedades dos paises centrais, obtida à custa da cruenta *superexploração*[2] dos trabalhadores dos paises subdesenvolvidos, obscurecia que a "ajuda externa" do Estado atuava meramente deslocando internamente ao **subsistema** as contradições existentes e ajustando-as da maneira possível, de forma a compatibilizá-las aos imperativos do processo de acumulação de capital.

> Em outras palavras, contradições parciais e "disfunções", ainda que severas em si mesmas, podem ser deslocadas e tornadas difusas – dentro dos limites últimos ou estruturais do sistema – e neutralizadas, assimiladas, anuladas pelas forças ou tendências contrárias[3], que podem até mesmo ser transformadas em força que ativamente sustenta o sistema em questão. **Daí o problema da acomodação reformista**. (Mészáros, 2011, p. 797) (negrito do autor).

Essas manobras protelatórias na tentativa de resolver a crise fundamental ainda dispunham de algum fôlego, e iludiam a classe trabalhadora dos paises centrais, embebida nas

---

[2] Categoria analítica fundamental da Teoria Marxista da Dependência. Tendo em vista a limitação de escopo do presente trabalho, pode-se defini-la, para efeito de compreensão do trecho objeto da presente nota, grosso modo, como o pagamento da força de trabalho abaixo de seu valor.

[3] Tais tendências podem enquadrar-se nas contra-tendências à lei tendencial da queda da taxa de lucro, aludidas por Marx (2008, p. 307), a saber: aumento do grau de exploração do trabalho, a redução dos salários abaixo de seu valor, a baixa de preço dos elementos do capital constante, a "superpopulação relativa" (o exercito de reserva de mão-de-obra permite iniciar novos negócios com menor composição orgânica de capital, elevando assim a taxa media de lucro), e o comercio exterior (acesso a matérias primas e alimentos mais baratos, provenientes de paises periféricos, de economia primaria, barateando assim o capital constante e o aumentando a

benesses do pacto “capital-trabalho” então vigente naqueles países, conforme será exposto no próximo tópico.

No que se refere à dimensão temporal, a crise não mais se manifesta conforme um padrão cíclico, à medida que as crises que emergiram após 1973 (a "crise da dívida" dos paises latino-americanos da década de 1980, as crises financeiras da década de 1990 na Ásia, no Brasil, no México, na Rússia, em 2001 na Argentina, etc.) não passam de manifestações epifenomênicas da crise estrutural deflagrada em meados da década de 1960, que se estende até o momento atual, conforme se verá na seqüência da presente exposição. Da mesma forma, como bem salienta Mészáros (2011, p. 796), "em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro [...].”.

Inobstante o controle absoluto que exerce sobre a produção social nos países economicamente hegemônicos e em muitos paises periféricos, o capital não conseguiu se consolidar universalmente, em sua forma propriamente capitalista, tendo que aceitar, em diversas circunstâncias, a hibridização do sistema, necessitando de forma vital da "ajuda externa" do Estado, no sentido de deslocar "para frente" nas dimensões de tempo e espaço suas contradições imanentes, já que estas são constitutivamente insolúveis. A própria necessidade de "ajuda externa" já denota forte indício da debilidade constitutiva do sistema do capital, indicando assim que "algo diferente da normalidade da extração e apropriação do sobre-trabalho pelo capital tinha que ser introduzido para conter as graves "disfunções" do sistema" (Mészáros, 2000, p. 14). Alerta o estudioso húngaro, contudo, que “[...] Não obstante, as disfunções de cada uma, consideradas separadamente, devem ser distinguidas da crise fundamental do todo, que consiste no bloqueio sistemático das partes constituintes vitais." (2011, p. 798). Dessa forma, há que se prevenir da aparência de uma crise estrutural, que pode ocorrer quando um bloqueio temporário de um dos canais internos pode emperrar provisoriamente o sistema, armadilha na qual caiu Stalin, julgando ser a crise de 1929-33 terminal para o MCP[4].

Mészáros aponta para uma contemporânea coexistência problemática entre as três dimensões fundamentais do capital - produção, consumo e circulação/realização. Estas, no

---

taxa de mais-valia).

[4] Doravante, no presente trabalho, este acrônimo substituirá a expressão *modo capitalista de produção*.

curso do desenvolvimento histórico do sistema do capital, apoiaram-se mutuamente e se fortaleceram, constituindo até mesmo impulso motivacional interno para a expansão do sistema em escala progressivamente mais ampliada. Ilustra o autor com o exemplo da produção, que ao defrontar com uma barreira de crescimento, supera-a pela expansão do consumo, e vice-versa. Assim, as limitações imediatas de cada dimensão interna não somente eram superadas graças à interação sistêmica entre as mesmas, mas usadas como alavancas para potencializar o poder de autopropulsão do capital.

Não é mais o caso, todavia, com a emergência, desde meados da década de 1960, da rastejante, mas, firme, crise estrutural do capital, a qual, segundo aquele pensador, emana daquelas três dimensões retro citadas, que, desde o inicio, constituíram uma unidade contraditória, conflituosidade que se constata, por exemplo, ao se observar que a esfera da troca subjuga a da produção, pois sem a realização da mais valia produzida não existe a acumulação de capital. A crise se acirra quando os interesses de cada uma deixam de coincidir com os das demais, passando as contradições entre elas a se tornarem "cumulativas e, portanto, estruturais, trazendo com elas um perigoso bloqueio ao complexo mecanismo de deslocamento das contradições." (Mészáros, 2011, p. 800). Trata-se, agora, não mais de meras "disfunções", mas de bloqueios na estrutura de funcionamento do próprio sistema, que colocam em risco sua existência como tal. Daí a natureza estrutural da crise.

Em que pese a pertinência e a consistência do modelo teórico construído pelo estudioso húngaro, a apreensão mais exata possível dos determinantes da natureza estrutural da crise que acomete o sistema do capital desde meados da década de 1960 só é possível com o estudo imanente dos três volumes de *O Capital*, o que, na verdade, foi precisamente a tarefa empreendida por Mészáros, como etapa fundamental de seu ambicioso projeto de “escrever *O Capital* do século XX”, e concretizar assim o sonho de seu mestre Gyorg Lukacs, inúmeras vezes por esse mencionado.

Na próxima seção, procurar-se-á recuperar a configuração histórica, política e econômica pós-Segunda Grande Guerra, que ficou conhecida como fordismo, a qual, em seus breves “trinta anos gloriosos”, lançou as bases da atual crise estrutural, que desde os anos 1960 atinge o mundo capitalista.

2 - O esgotamento do regime de acumulação fordista como expressão fenomênica da crise estrutural do capital

A relativa estabilidade e o crescimento sócio-econômico proporcionados pelo binômio *fordismo/keynesianismo*[5] nos países de capitalismo avançado perdurou do pós-Segunda Guerra Mundial até aproximadamente os primeiros anos da década de 1970. A partir de então, conforme Harvey, (2008, p. 135-162), as economias desses países são atravessadas por uma complexa metamorfose, a qual lança os fundamentos da ordem neoliberal que se consolidou a partir da década seguinte. Basicamente, de acordo com aquele autor, pode-se resumir a configuração sócio-política e econômica do regime de acumulação fordista no seguinte.

Por todo aquele período, estabeleceu-se um pacto entre Estado, capital e trabalho, calcado na expansão contínua da produção, com significativa participação dos trabalhadores nos resultados financeiros das empresas mediante salários relativamente elevados, em patamares nunca antes praticados, tendo como contrapartida o arrefecimento, por parte dessa classe social, da postura de combate ao capital e a cooptação das poderosas organizações sindicais atuantes naquelas nações. De sua parte, o Estado entrava com uma ampla gama de direitos sociais à disposição dos trabalhadores (educação, saúde, planos de previdência e aposentadoria, etc.), financiados mediante taxação sobre os lucros auferidos pelo capital, estes sempre ascendentes, tendo em vista a contínua expansão internacional de seus mercados.

> O Estado, por sua vez, assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público - em setores como o transporte, os equipamentos públicos etc. - vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. [...]. (HARVEY, 2008, p. 129)

---

[5] **Fordismo**: neologismo cunhado por Antonio Gramsci, e notabilizado em seu Caderno 22 dos Cadernos do Cárcere (GRAMSCI, 2001, p. 239-282), intitulado "Americanismo e Fordismo", Por esse termo, Gramsci pretendia aludir ao sistema de produção em massa implantado pelo empresário estadunidense Henry Ford, a partir da segunda década do século XX, nos Estados Unidos da América, caracterizado pela extrema racionalização capitalista, baseada em inovações técnicas e organizacionais, da produção em grande escala de bens destinados ao consumo final de massa. **Keynesianismo**: Vertente teórica da ciência econômica, tributária das ideias do economista inglês John Maynard Keynes (1883-1946), que advoga a intervenção saneadora e estimuladora do Estado na política econômica nacional, mediante instrumentos de política fiscal

Fica difícil não perceber que a legitimidade do Estado (para os outros dois partícipes do pacto), nesse arranjo, provinha de sua capacidade de continuar suprindo à base social do sistema aqueles serviços essenciais básicos, aliviando, para o capital, seus custos com mão-de-obra, contribuindo, dessa forma, para baratear o valor da força de trabalho e, consequentemente, aumentar a taxa de exploração (taxa de mais-valia) dessa. A viabilidade desse esquema dependia, assim, da capacidade fiscal do Estado, a qual, por sua vez, nutria-se do desempenho econômico-financeiro dos grandes conglomerados empresariais multinacionais.

A forte concentração de capitais nos imensos conglomerados monopolistas estadunidenses atenuou sensivelmente a acirrada competição inter-capitalista, aproveitando-se aquelas corporações dos programas de reconstrução dos países europeus aliados, que tiveram vastas áreas de seus territórios destruídas na Segunda Grande Guerra. Resolvia-se, assim, pelo menos momentaneamente, o problema da capacidade de produção excessiva da economia norte-americana, enquanto se construíam mercados globais para consumo de seus produtos e fornecimento de matéria prima à sua indústria.

Os Estados Unidos, não somente pela pujança de sua economia, mas principalmente por ter, com o acordo de Bretton Woods, transformado o dólar em moeda-reserva mundial, hegemonizava todo esse processo, vinculando o desenvolvimento econômico do mundo capitalista, sob os auspícios do fordismo, à sua política fiscal e monetária. O capital parecia imbatível e inabalável, em sua saga de incorporar cada vez mais nações até então incólumes à sua “missão civilizadora”, seja pelo comércio internacional, nas bases de desfavorabilidade dos termos de troca para as nações pobres, seja pelo próprio investimento estrangeiro direto (IED) nos países que apresentavam taxa de mais valia atraente aos grandes monopólios. Nas palavras de (HARVEY, 2008, p. 134):

> [...] o núcleo essencial do regime fordista manteve-se firme ao menos até 1973, e, no processo, até conseguiu manter a expansão do período pós-guerra - que favorecia o trabalho sindicalizado e, em alguma medida, estendia os "benefícios" da produção e do consumo de massa de modo significativo - intacta. Os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram e um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevalecia.

(preponderantemente), creditícia e monetária.

Todavia, o arranjo se fundava na crescente e ilimitada expansão da produção, o que, se sabe, é incompatível com a **real** dinâmica da reprodução sociometabólica do capital, que tem nas crises de superprodução e de realização da mais-valia componentes intrínsecos ao próprio sistema. Ademais, a rigidez inerente ao fordismo, presente nos investimentos de capital fixo de larga escala e de longo prazo em sistemas de produção em massa que impediam suficiente flexibilidade de planejamento e pressupunham crescimento estável em mercados de consumo constantes, comprometia consideravelmente o funcionamento do sistema. Esse fator contribuía sobremaneira para a diminuição de desempenho econômico e de produtividade das empresas, com a consequente redução da capacidade fiscal do Estado para continuar sustentando a política de bem estar social, naquelas sociedades.

Importa destacar um relevante elemento dessa conjuntura, a saber, o reaparecimento da contestação radical dos trabalhadores às suas condições de aviltamento não somente no processo de trabalho capitalista, mas na própria sociedade industrial, desencadeando violentas manifestações de massas, das quais as célebres de maio de 1968 tornaram-se as mais emblemáticas. A luta de classes volta à cena, pondo fim ao "pacto" que domesticou a classe trabalhadora por mais de vinte anos, para dissabor e preocupação do capital, já às voltas com os graves problemas acima mencionados.

> "O enorme salto tecnológico, que então se iniciava, constituiu-se já numa primeira resposta do capital à confrontação aberta do mundo do trabalho, que aflorava nas lutas sociais dotadas de maior radicalidade no interior do espaço fabril. E respondia, por outro lado, às necessidades da própria concorrência intercapitalista na fase monopólica." (ANTUNES, 2009, p. 46).

Harvey (2008, p. 135) aponta que em meados da década de 1960 a recuperação pós-Segunda Guerra das economias japonesa e dos maiores países da Europa Ocidental já estava consolidada, e começava a despontar capacidade excessiva interna em suas indústrias, o que levava esses Estados a incrementarem sensivelmente a concorrência inter-capitalista por novos mercados, no exterior, complicando mais ainda a situação da economia estadunidense. Essa vinha sofrendo desaquecimento progressivo em sua demanda efetiva, por conta do crescente desemprego em razão do aumento da taxa de composição orgânica do capital, decorrente do processo de aguda racionalização fordista em suas empresas. Brenner (2009, p. 20) situa o processo nos seguintes termos:

> Essas economias de desenvolvimento tardio produziam os mesmos bens que já produziam as economias mais maduras, todavia com preços mais competitivos. O resultado era um excesso

> de oferta em relação à demanda numa indústria após a outra, e isso implicava preços e, por conseguinte, lucros, baixos. As empresas que sofriam essas reduções de lucros, mesmo assim, não abandonavam facilmente esses setores industriais em direção a outros mais rentáveis. Tentavam conservar sua fatia de mercado recorrendo à capacidade de inovação, aumentando o investimento em novas tecnologias, o que, na verdade, piorava mais ainda a sobrecapacidade daquelas economias. Por causa da queda de sua taxa de lucro, os capitalistas obtinham mais-valia cada vez em menor quantidade em relação ao seu investimento. Daí que não tiveram mais outra opção a não ser diminuir o investimento em equipamentos [o que leva à diminuição da demanda agregada no Departamento I da economia] e força de trabalho [idem, no Departamento II]; e, ao mesmo tempo, a fim de recuperar a rentabilidade, conter as indenizações por desemprego, enquanto os governos reduziam os gastos sociais. Contudo, as consequências de todos esses cortes de gastos foi um problema muito mais grave, a queda da demanda agregada, a longo prazo. **A persistente debilidade da demanda agregada é a origem imediata de debilidade a longo prazo da economia.** (Tradução, colchetes e negritos do autor).

A partir do início da década de 1970, a fragilidade das bases constitutivas desse padrão de acumulação (sem falar nas próprias contradições inerentes ao MCP) se manifesta de maneira contundente, com a aguda recessão que atingiu a maioria das economias centrais capitalistas mundiais, da qual a eclosão da "crise do petróleo", em 1973, é apenas sua manifestação mais visível.[6] Por sua vez, Brenner (2009, p. 20) chama a atenção para a profunda e duradoura queda das taxas de rendimento em inversões de capital e de lucros, desde finais dos anos 1960, das quais aponta como causa principal, apesar de não a única, uma persistente tendência à sobre-capacidade de produção nas indústrias manufatureiras mundiais.

A própria crise do fordismo e do keynesianismo, em si, constitui expressão fenomênica da grave crise estrutural que atinge o sistema do capital, em sua incapacidade de remunerar satisfatoriamente as enormes massas de capitais que se avolumam, tendo em vista as dificuldades de realização da mais-valia produzida, por conta da deterioração do nível de remuneração da classe trabalhadora.

Dentre os mais salientes sintomas do quadro crítico que àquela altura é acometido o

---

[6] Mandel (1990, p. 09) salienta a peculiaridade da crise, ao assinalar que "Entre 1974 e 1975, a economia capitalista internacional conheceu a sua primeira recessão generalizada desde a II Guerra Mundial, sendo a única, até então, a golpear simultaneamente todas as grandes potencias imperialistas". Por outro lado, ressalta que a referida recessão "é a conclusão de uma fase típica de queda da taxa media de lucros", portanto, "uma crise clássica de superprodução" (Mandel (1990, p. 23).

capitalismo, é possível assinalar: a) queda da taxa de lucro, fartamente documentada por Mandel (1982, p. 149-150; 1990, p. 24-25), para as economias dos Estados Unidos, Japão, Suécia, Inglaterra, França e Alemanha; b) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dado pela incapacidade de responder à retração do consumo que se acentuava, como consequência do desemprego estrutural que então se iniciava; c) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que já era expressão da própria crise estrutural do capital e seu sistema de produção, que não mais conseguia (e nem consegue, na contemporaneidade), na esfera produtiva, extrair mais-valia suficiente para remunerar os capitais ávidos por remuneração compatíveis com suas expectativas de taxas de retorno. d) a crise do *Welfare State* e dos seus mecanismos de funcionamento, conformando a crise fiscal do Estado capitalista, e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado; e) incremento acentuado das privatizações, desregulamentações e a flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (ANTUNES, 2009, p. 31-32).

A crise do fordismo pode ser interpretada, até certo ponto, como o esgotamento das opções para lidar com a tendência de super-acumulação. Harvey (2008, p. 173-5) lembra que tal tendência é ineliminável no capitalismo, e que resta apenas, nos marcos desse modo de produção, administrar essa característica constitutiva do sistema, de forma a não ameaçar sua ordem social. Por conta disso, a burguesia deve optar entre as seguintes alternativas, para evitar o caos social: 1) desvalorização de capital, expressa na queda nos valores de mercadorias, de capacidade produtiva, do dinheiro, chegando até a, caso necessário, destruição direta de ativos. 2) controle macroeconômico, por intermédio de algum sistema de regulação, no que o regime fordista-keynesiano constituiu seu melhor paradigma e 3) absorção da super-acumulação por meio do deslocamento espacial e temporal.

A terceira alternativa prevaleceu, nos anos finais do regime fordista-keynesiano, na estratégia adotada com vistas a atenuar a super-acumulação que marcou o longo período de expansão do pós-Segunda Guerra. A lógica consistia em deslocar para frente, espacialmente e temporalmente, contradições imanentes e insolúveis do sistema do capital, de modo a dar sobrevida ao sistema.

Do ponto de vista do deslocamento espacial, ocorreu conforme mencionado anteriormente, quando se destacou a recuperação das economias japonesa e dos maiores

países da Europa Ocidental, que, juntamente com os paises de industrialização tardia, passaram a concorrer com os Estados Unidos, por novos mercados externos para seus produtos e por fontes de matérias-primas fundamentais para suas indústrias.

Na perspectiva do deslocamento temporal, a dificuldade de realização da mais-valia era contornada mediante a "ajuda externa" do Estado, o qual procurava absorver o excedente de capital e de trabalho de um determinado ano em investimentos públicos e privados de longo prazo em obras de infra-estrutura física (estradas, por exemplo), de logística (portos), sociais (escolas, hospitais), etc. Dessa forma, os superávits anteriores, encalhados, eram absorvidos no presente, para devolver à sociedade seu equivalente em valor durante um longo período de tempo futuro, quando aqueles investimentos começassem a apresentar retorno compatível com os valores nele investidos. Resolvia, assim, o problema imediato dos capitalistas, agravando a situação fiscal do Estado que, para financiar suas dívidas, chegou ao ponto de ter que imprimir dinheiro sem lastro real, gerando um surto inflacionário que corroeu o valor das dívidas passadas, com graves repercussões políticas.

Por volta de 1973, ainda segundo aquele autor estadunidense, esses mecanismos esgotaram sua capacidade de atenuação das contradições subjacentes do MCP, e

> [...] Parecia não haver opção além do retorno à desvalorização [...] como meio primário de lidar com a tendência de superacumulação. Isto é, a não ser que algum outro regime superior de produção capitalista, capaz de garantir uma sólida base para uma maior acumulação em escala global, pudesse ser criado. (HARVEY, 2008, p. 174)

A solução encontrada pelo capital foi a emergência de um novo regime de acumulação, o qual pareceu enquadrar-se como uma recombinação simples das duas estratégias de busca de lucro (mais-valia) descobertas por Marx, a mais-valia absoluta e a relativa. Com base na primeira, passa a ocorrer, a partir de então, a transferência do capital corporativo de regiões de altos salários para regiões de baixos salários, criando o "fordismo periférico". Pela segunda estratégia, baseada na mais-valia relativa, a mudança organizacional e tecnológica é posta em ação para gerar lucros temporários para firmas inovadoras e lucros mais generalizados com a redução dos custos dos bens consumidos pelas famílias trabalhadoras, que definem o valor do trabalho.

No bojo dessa reação do capital, com vistas a recuperar níveis anteriores de lucratividade e crescimento econômico, sobreveio um profundo processo de reestruturação da

produção e do trabalho e, não menos relevante, de seu sistema ideológico e político de dominação, que ficou conhecido como *regime de acumulação flexível* (HARVEY, 2008, p. 140), *capitalismo flexível* (SENNET; 2004, p. 09 e 2006, p. 41-49) e muitas outras expressões equivalentes, cunhadas por diversos teóricos que analisaram a nova quadra capitalista, que emergiu a partir do ultimo quartel do século XX, o que constitui objeto de estudo a ser analisado ulteriormente por este pesquisador.

REFERENCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2ª ed., 2009.

BRENNER, Robert. Un análisis histórico-económico clásico de la actual crisis. 2009. In: Alvarez, Jairo Estrada (Org). **Crisis capitalista: economia, politica y movimiento**. Bogotá: Espacio Crítico, 2009.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere. v. 4. Temas de cultura. Ação católica. Americanismo e fordismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

MANDEL, Ernest. **A Crise do Capital; os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: Ed. Ensaios, 1990.

_____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008. Livro 3, Vol. 4

MESZAROS, Istvam. A crise estrutural do capital. In: **Outubro-Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. São Paulo: nº. 04, 2000

_____. **Para alem do capital: rumo a uma teoria da transição.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2011a.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução: Clóvis Marques. Rio de

Janeiro: Record, 2006.